



Instituto de Seguros de Portugal

1.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA

A importância da formação financeira para os supervisores financeiros

Antiga Igreja de S. Julião – Sede do Banco de Portugal

Lisboa, 12 de julho

Um dos graves problemas que afetam negativamente o desempenho da atividade financeira em Portugal é o nível praticamente inexistente de educação financeira da imensa maioria da população. A educação financeira nunca constituiu uma verdadeira aposta das escolas, nem das universidades, nem sequer das empresas.

As pessoas vivem o seu dia a dia. Os que têm trabalho continuam a usar despreocupadamente os cartões de crédito, ainda que de forma menos intensiva, ou pedem empréstimos para irem de férias ou comprarem o último modelo de carro. Os que não têm trabalho vivem como podem, vivendo geralmente dos familiares, da pensão dos pais, do subsídio de desemprego (se ainda existe) e não sabem como sair do poço precisamente por não terem nenhuma ideia de como se pode gerar dinheiro que não seja a trabalhar para os outros.

Regra geral uma grande parte das pessoas vive dia a dia, sem pensar no futuro, sem construir, sem saber como gerar riqueza.

Alguns mais afoitos aventuraram-se no autoemprego como último recurso porque sabem que trabalho não existe, mas... atiraram-se para a piscina sem terem ideia da sua profundidade! Precisamente por não terem educação financeira não sabem como investir, como preparar um plano de negócios ou como reduzir custos e otimizar resultados. Nessas condições, os que sobrevivem no mundo dos negócios, ou são muito inteligentes, ou têm uma enorme sorte, ou deram-se ao trabalho de se formarem financeiramente por sua conta e risco.

A educação financeira assume, por isso enorme importância, na medida da influência que a mesma pode ter no nosso futuro económico. Neste âmbito, o Plano Nacional de Formação Financeira tem-se afirmado como o projeto líder deste programa, o que é facilmente demonstrado pelo conjunto de iniciativas que tem promovido e de que esta 1.^a Conferência Internacional é um exemplo perfeito. Tal papel deve, por isso, ser aqui justamente reconhecido e enaltecido.

A formação financeira, como diversos autores sintetizam, procura desempenhar uma dupla função: dar a conhecer e tornar compreensíveis, por um lado, os princípios financeiros fundamentais para uma tomada consciente de decisões com relevância nesta área e, por outro, os produtos financeiros com impacto no bem-estar económico e financeiro de cada pessoa.



A resposta à questão colocada pelo tema desta conferência pode parecer uma evidência, mas importa determo-nos um momento sobre ela: por que razão é a formação financeira fundamental no quadro das atividades dos supervisores financeiros ou, por outras palavras, por que é essencial, na atualidade, um conhecimento adequado dos produtos financeiros e dos princípios que norteiam esta atividade?

Porque as decisões financeiras vão invariavelmente marcar a vida de cada pessoa, nomeadamente nos seus momentos mais marcantes. A este propósito, destaco em especial aquelas decisões associadas à atividade seguradora, presentes ao longo de toda a vida das pessoas, bem como nas suas múltiplas dimensões, a familiar, a profissional e a empresarial.

Apesar do que acabei de dizer, o setor financeiro, em particular a atividade seguradora, permanecem sob um certo estigma de complexidade, como se um conhecimento adequado nesta esfera fosse inacessível ao cidadão comum.

Importa reconhecer que as especificidades financeiras e atuariais da atividade seguradora estão na base de muitas das dificuldades encontradas. Mas também não deixa de ser verdade que a imagem que muitas vezes é transmitida deste setor, como uma área impenetrável, é cada vez menos coincidente com a realidade.

Não obstante, o referido estigma não tem como única consequência o desconhecimento do funcionamento deste mercado. Numa perspetiva particularmente significativa, traz como consequência o reforço dos mecanismos e da transparência do setor financeiro.

Assim, nunca é demais repetir que um dos valores primordiais que deve ser preservado na supervisão do setor segurador e dos fundos de pensões (sendo, ao mesmo tempo, uma das missões mais relevantes do Instituto de Seguros de Portugal), é o reforço da confiança dos consumidores no funcionamento deste mercado e na conduta das entidades que nele operam.

Como já fiz questão de realçar noutras sedes, a salvaguarda e o reforço desta confiança, no âmbito da atividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, dependem, principalmente, da presença de três vetores fundamentais:

- a) Uma autoridade de supervisão sólida, eficaz e credível que assegure que as múltiplas vertentes da regulação e da supervisão - contratual, institucional, prudencial, comportamental - se conjugam de forma equilibrada e que possa ser o garante de um setor segurador e dos fundos de pensões estável, financeiramente saudável e com capacidade de exercer, ao nível da sociedade e da economia, as funções que lhe são reconhecidas;



- b) Operadores que mantenham elevados padrões de conduta no relacionamento com os tomadores de seguros, segurados, beneficiários e terceiros lesados;
- c) O conhecimento deste setor e este conhecimento baseia-se não só na informação mas também na formação financeira.

Embora possa não o parecer, há uma estreita ligação entre a atividade de supervisão, principalmente na vertente comportamental, e a promoção da formação financeira. De facto, podemos até dizer que um adequado sistema de gestão de reclamações ou uma eficiente monitorização da publicidade e da comercialização à distância, missões que fazem parte da esfera de atividades do ISP, são uma primeira linha de informação e transparência para os consumidores.

Por outro lado, há que realçar que têm sido dados importantes passos, quer ao nível da regulação como do próprio comportamento dos operadores, para disponibilizar informação completa, clara e compreensível aos consumidores. O investimento nesta área continua ainda a ser fundamental, agora mais numa perspetiva de qualidade e racionalização da informação.

Contudo, a capacidade de o consumidor otimizar a utilização da informação é determinada pelo seu nível de literacia financeira. Esta capacidade de tomar decisões financeiras informadas e conscientes é

tanto mais relevante quando se tratam de decisões que têm impacto a médio e longo prazo, como são as que se referem à poupança.

Assim, o reforço da literacia financeira dos consumidores não tem uma utilidade puramente microeconómica, uma vez que a racionalização das decisões financeiras determinará, certamente, que a afetação de recursos seja globalmente efetuada de forma mais adequada e eficaz.

Não se pode deixar de realçar que serão naturalmente os próprios operadores no mercado segurador e dos fundos de pensões a beneficiar, também, com o incremento do grau de literacia financeira dos consumidores, já que a sua tarefa estará facilitada se o interlocutor estiver melhor apetrechado de conhecimentos nesta matéria. Isto, claro, sem prejuízo do dever de continuar a disponibilizar aos consumidores informação completa, clara e compreensível.

A propósito do cumprimento dos deveres de informação e, também, de regras de conduta pelos operadores, importa realçar o impacto direto que estes temas têm na avaliação dos riscos a que estão sujeitos, sobressaindo ainda mais no contexto do novo regime “Solvência II”.

A disponibilização de informação por parte das autoridades de supervisão é, igualmente, um instrumento essencial no reforço da educação financeira. A este propósito, atrevo-me a destacar as diversas publicações e relatórios periódicos do ISP, em especial o Relatório de Regulação e

Supervisão da Conduta de Mercado, publicado desde 2008 e que inclui, desde 2010, um capítulo relativo às iniciativas implementadas em sede de formação financeira.

De entre estas iniciativas destaca-se, por exemplo, a publicação, em 2010, do Guia de Seguros e Fundos de Pensões, que procurou contribuir de forma decisiva para o esclarecimento do público sobre os principais conceitos, tipos de seguros e procedimentos na área dos seguros e fundos de pensões, em linguagem simples e acessível. No ano subsequente, esta entidade elaborou e produziu também uma coleção de brochuras informativas sobre o setor segurador e dos fundos de pensões, vocacionadas para o esclarecimento das dúvidas mais comuns dos consumidores relativamente a estas matérias.

Importa ainda acrescentar que as ações de formação financeira promovidas pelo ISP não são unicamente unilaterais, tendo-se procurado a cooperação com outras entidades. Relevam-se assim, pela sua importância, as inúmeras iniciativas realizadas no quadro do Plano Nacional de Formação Financeira, sendo esta conferência um bom exemplo, Plano este dinamizado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Assim, salienta-se que as três autoridades de regulação e supervisão do sistema financeiro têm trabalhado em estreita ligação com diversos



estabelecimentos de ensino e, também, com estruturas representativas dos consumidores, reconhecendo a necessidade de um esforço conjunto na promoção de um nível ótimo de literacia financeira.

De facto, a educação financeira é um esforço conjugado de todos os intervenientes no processo e deve conter conceitos e aplicações concretas de fatos tão quotidianos e importantes como a poupança, o orçamento, o investimento, o gasto, a dívida, as obrigações fiscais, a acumulação de capital, o dinheiro, a previsão, o risco, a segurança e a oportunidade, vinculados todos às diferentes necessidades humanas num contexto social, político e cultural determinado

Concluo esta intervenção reforçando que estou certo que todos nós continuaremos a trabalhar para que a sociedade portuguesa seja cada vez mais constituída por cidadãos cuja cultura financeira os habilita a gerir da melhor forma os respetivos recursos, assegurando aos mesmos a melhor proteção possível.

O caminho a percorrer, nesta matéria, é ainda longo e complexo, mas os objetivos estão traçados e os instrumentos e procedimentos identificados. Prova disso é a vitalidade que tem marcado este tipo de iniciativas implementadas no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira. Só vejo vantagens para Portugal numa firme aposta na educação financeira.